

A PARTICIPAÇÃO, O DESEMPENHO E O PAPEL DA INDÚSTRIA DO RIO GRANDE DO SUL NO CONTEXTO BRASILEIRO, NOS ANOS 70*

*José Antônio Fialho Alonso***

Um dos debates mais intensos no Rio Grande do Sul em tempos de crise é o papel da indústria gaúcha no cenário nacional, ou seja, o espaço que ela ocupa nesse contexto. Esse debate, no entanto, não tem tido em contrapartida trabalhos de pesquisa que abranjam todas as facetas que envolvem tal questão. Grande parte dos estudos existentes tendem a comparar o desempenho do parque industrial gaúcho com o correspondente no Brasil, na Região Sul ou em São Paulo, tendo em vista ser a economia paulista o epicentro do País. Nessas condições, não se dispõe de análises que contemplem comparações da indústria do Rio Grande do Sul com a de outros estados do Brasil, especialmente aqueles que detenham dimensões semelhantes ao parque gaúcho ou que, nos últimos anos, sejam concorrentes, no que diz respeito à atração de investimentos industriais.

Foi buscando preencher parte dessa lacuna que Bandeira e Gründling desenvolveram **O Crescimento da Indústria no Rio Grande do Sul na Década de 70: Um Estudo Comparativo**. A análise do desempenho da indústria gaúcha foi feita tendo como contraponto o crescimento dos parques industriais de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, do conjunto dos “demais estados” e do “total do País”. A base empírica utilizada tem origem nos Censos Industriais do IBGE relativos aos anos de 1970, 1975 e 1980, tendo sido, a partir daí, definidos diversos indicadores, tais como: taxas médias de crescimento anual, salário médio, produtividade física, rentabilidade líquida do capital, valor médio da produção por estabelecimento, entre outros.

Além da **Introdução** e das **Considerações Finais** de praxe, o trabalho é constituído de três outros capítulos. O primeiro deles (segundo do texto) envolve uma

* Resenha sobre BANDEIRA, P. S. & GRÜNDLING, N. A. (1988). **O crescimento da indústria no Rio Grande do Sul na década de 70: um estudo comparativo**. Porto Alegre, FEE.

** Economista da FEE e Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

avaliação sobre o crescimento da indústria brasileira nos anos 70 e serve, de alguma forma, como pano de fundo para o estudo das indústrias “regionais”. O terceiro capítulo do texto contém a análise do desempenho, por gêneros, da indústria do Rio Grande do Sul e das demais “regiões”. Nesse capítulo, foi usada a classificação elaborada por Cano (1985), que agrega os diversos gêneros industriais em três grupos: o primeiro contém as indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não duráveis; o segundo abriga as indústrias que produzem principalmente bens intermediários; e o terceiro grupo é formado pelas indústrias produtoras de bens de capital e de consumo duráveis. O quarto capítulo do trabalho é constituído de uma comparação global do desempenho da indústria gaúcha com as das demais “regiões”.



A economia brasileira apresentou altas taxas de crescimento na década de 70. O setor industrial deu importante contribuição a esse crescimento, pois também apresentou altas taxas de expansão. No entanto cabe assinalar que tal crescimento não foi estável durante os anos 70, tendo sido mais elevado no primeiro quinquênio, anos que abrangeram a fase final do “milagre brasileiro”. Ao longo da década de 70, as indústrias que mais cresceram foram as que produziam bens intermediários. Essa liderança em termos de crescimento deveu-se ao desempenho alcançado na segunda metade do período, pois, entre 1970 e 1975, a liderança coube ao grupo produtor de bens de consumo duráveis e de capital. As indústrias produtoras de bens de consumo não duráveis apresentaram as taxas mais baixas tanto no conjunto da década quanto em suas duas metades. É nesse contexto que os autores inscrevem o desempenho dos parques industriais do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de São Paulo e dos “demais estados” com a finalidade de melhor avaliar o papel e o dinamismo do primeiro deles.

A primeira análise comparativa foi desenvolvida ao nível dos gêneros da indústria do Rio Grande do Sul face às demais. Para tanto, os gêneros industriais foram agrupados em quatro categorias, em função de dois critérios: o primeiro está baseado no comportamento do “quociente locacional”, que permite, de alguma forma, identificar o grau de especialização do Estado na produção de bens incluídos num determinado gênero industrial. O segundo critério baseia-se nas taxas de crescimento do valor da produção de cada gênero no Rio Grande do Sul, permitindo concluir-se que taxas mais elevadas no Estado implicariam ganho de posição relativa da indústria gaúcha num determinado gênero, ocorrendo o inverso no caso de taxas menores. A partir desses dois critérios, foram definidas quatro categorias de indústrias, considerando-se a classificação em gêneros.

A primeira categoria era constituída por gêneros nos quais o Rio Grande do Sul apresentava alguma especialização relativa (“quociente locacional” maior do que 1) e taxas de crescimento da produção maiores do que a média do País. Tal diferença de crescimento, associada ao nível do quociente locacional, demonstra que a participação gaúcha, além de já ser alta no início do período, tende a aumentar sua especialização relativa em determinados gêneros industriais. Incluem-se nessa categoria as indústrias do mobiliário; a mecânica; a do vestuário, calçados e artefatos

de tecido; a de couros, peles e artefatos para viagem; a de produtos alimentares; a de bebidas; e a de fumo.

A segunda categoria era composta por gêneros que apresentavam taxas de crescimento mais elevadas no Rio Grande do Sul, mas que não apresentavam especialização relativa, ou seja, o quociente locacional era inferior à unidade. Nesse caso, embora o Estado não apresentasse especialização relativa, isso poderia ocorrer no futuro, caso se confirmassem os diferenciais das taxas de crescimento da produção nesses segmentos da indústria gaúcha. Os gêneros industriais que fazem parte dessa categoria são o produtor de material de transporte; o de papel e papelão; o de borracha; o de produtos farmacêuticos e veterinários; o de perfumaria, sabões e velas; o de produtos de matérias plásticas; e o têxtil.

A terceira categoria estava constituída por aqueles segmentos que apresentavam crescimento mais baixo no Estado do que no conjunto do País, mas nos quais o Rio Grande do Sul detinha algum grau de especialização relativa. Fazem parte dessa categoria apenas dois gêneros de indústria: o da madeira e o da química.

Da quarta e última categoria faziam parte os gêneros nos quais o Estado, além de não deter especialização relativa, ainda apresentava taxas de crescimento da produção inferiores às do conjunto da indústria brasileira. Estão incluídas nessa categoria as indústrias de extração de minerais; de transformação de produtos de minerais não-metálicos; a metalúrgica; a de material elétrico e de comunicações; a editorial e gráfica; e o gênero diversas.

A análise gênero a gênero, segundo os critérios utilizados por Bandeira e Gründling, permite verificar que a expansão industrial ocorrida no País durante a década de 70 teve grande contribuição do parque manufatureiro do Rio Grande do Sul que, além de experimentar taxas de expansão acima da média nacional, não só consolidou sua posição em alguns segmentos da indústria como abriu perspectivas para alcançar certo grau de especialização relativa em diversos gêneros industriais.

O Crescimento da Indústria no Rio Grande do Sul na Década de 70 (Bandeira & Gründling, 1988) contém, no seu Capítulo 4, uma análise comparativa global do desempenho do parque manufatureiro gaúcho com os dos outros estados, buscando desenvolver alguns aspectos pouco enfatizados nos capítulos anteriores.

O primeiro contraponto da indústria do Rio Grande do Sul é desenvolvido frente à indústria paulista. Trata-se da comparação mais freqüente nos estudos que lidam com o desempenho do parque industrial gaúcho, numa perspectiva regional. Os dois estados apresentaram, desde os seus primórdios, formações históricas de industrialização bastante diferenciadas. Embora alguns autores não levem esse aspecto em consideração em suas análises, na realidade, o fato é que São Paulo desfrutou, no início da industrialização nacional, de condições amplamente favoráveis, o que não ocorreu com a mesma intensidade no Rio Grande do Sul.¹ Assim sendo, o crescimento industrial no Brasil ocorreu mediante intensa concentração geográfica no Su-

¹ Sobre esse assunto valem a pena os elucidativos trabalhos de Cano (1983, 1985).

deste, particularmente no Estado de São Paulo que, em 1920, gerava 32,99% do valor da produção industrial do País, passando para 44,04% em 1940, 47,91% em 1950, 55,65% em 1960 e 56,10% em 1970. A partir do final dos anos 60, iniciou-se um processo, que ganhou mais força na década seguinte, no sentido de desconcentração da produção industrial no País, fazendo com que diversos estados ditos “periféricos” absorvessem a parcela do crescimento industrial que paulatinamente deixava de ocorrer no Estado de São Paulo (Diniz & Lemos, 1986).

Observando a base empírica disponível no trabalho e os pontos relevantes da análise dos autores, percebe-se que a indústria do Rio Grande do Sul apresentou taxas de crescimento do valor da produção maiores do que as que ocorreram em São Paulo entre 1970 e 1980, exceto nos gêneros metalúrgica, extração de minerais (atividade na qual o Estado não tem tradição), madeira (considere-se que o Estado é importador desde que acabaram suas reservas), material elétrico e de comunicações e diversas. Outros indicadores corroboram essas constatações; é o caso dos diferenciais de rentabilidade líquida do capital (*proxy* da taxa de lucro) que apresentaram um movimento quase generalizado em favor da indústria localizada no Estado. Em apenas seis gêneros, a evolução da rentabilidade foi claramente desfavorável para o Rio Grande do Sul.

Os chamados **elementos da concorrência**, representados pelo “salário médio” e pela “produtividade física”, associados à variável “tamanho médio dos estabelecimentos”, de alguma forma explicam os **resultados da concorrência** expostos no parágrafo anterior. Os salários médios continuaram, ao longo da década, a ser significativamente menores no Estado do que em São Paulo, embora os diferenciais tenham se reduzido em quase todos os gêneros. É provável que esse fato tenha contribuído para aumentar a competitividade dos capitais aqui localizados ou atraídos para o Estado nessa década. Tal conclusão é reforçada pelo fato de que não houve uma nítida tendência de elevação dos níveis de produtividade (outro elemento da concorrência) da indústria gaúcha em geral. Em outras palavras, os diferenciais de produtividade entre o Rio Grande do Sul e São Paulo reduziram-se em nove gêneros, ampliaram-se em nove casos e permaneceram inalterados em dois segmentos da indústria. Já os diferenciais entre os “tamanhos médios dos estabelecimentos” reduziram-se em boa medida na maior parte dos gêneros, embora tenham continuado a ser bem maiores em São Paulo. Esse fato demonstra que os estabelecimentos industriais localizados no Rio Grande do Sul apresentaram uma tendência a produzir a custos menores, devido ao aumento médio das escalas em relação às suas próprias médias anteriores. Tal fato confirma a melhoria da capacidade concorrencial intercapitalista das unidades localizadas no Estado, na década de 70.

Fazendo um cotejo entre os dois parques industriais (Rio Grande do Sul e São Paulo), utilizando a classificação adotada por Wilson Cano, ou seja, por categorias de uso, o resultado é que, ao longo da década de 70, os gêneros do Grupo I, produtores predominantemente de bens de consumo não duráveis, cresceram mais rapidamente no Estado do que em São Paulo, sendo os diferenciais significativos. Já no Grupo II, que produz em grande parte bens intermediários, ocorreu fato semelhante, embora com a atenuante de que os diferenciais das taxas de crescimento fo-

ram menores e tenham havido exceções. No Grupo III, constituído por gêneros que produzem principalmente bens de capital e de consumo duráveis, as diferenças de crescimento foram ora favoráveis, ora desfavoráveis ao Estado, ou seja, o Grupo III apresentou taxas mais elevadas em dois gêneros e menos elevadas em outros dois segmentos.

Para Bandeira e Gründling, o fato de os gêneros do Grupo II, produtores de bens intermediários, terem apresentado o menor diferencial em favor do Rio Grande do Sul, e até desfavorável em alguns gêneros,

“(. . .) parece não confirmar, ao menos no que diz respeito à década de 70, a tese tão conhecida segundo a qual a indústria gaúcha mostraria uma tendência no sentido de especializar-se na produção de bens intermediários. Este ponto de vista também é difícil de conciliar com o fato de que o parque industrial rio-grandense fosse ainda em 1980, dentre os de todas as áreas estudadas, aquele em que a participação desse grupo no total do valor da produção era a menor, como mostra a Tabela 2” (p. 73).

Na verdade, a base empírica revela que, em termos de valor da produção, o perfil da indústria gaúcha, comparado com a paulista, apresenta uma participação maior do Grupo I (indústrias de bens não duráveis) e menor do Grupo III (bens de capital e de consumo duráveis). A participação do Grupo II (bens intermediários) era aproximadamente a mesma nos dois estados, sendo levemente menor a do Rio Grande do Sul.

A comparação do Rio Grande do Sul industrial com o Rio de Janeiro industrial reveste-se de outras características, a começar pela trajetória que a economia do Estado vem tendo ao longo deste século, bastante diferente do que ocorreu em São Paulo. O Setor Secundário do Rio de Janeiro vem apresentando um crescimento menor do que o ocorrido em outras regiões desde as primeiras décadas do século em curso e não foi diferente nos anos 70. A indústria gaúcha, nos anos 70, apresentou taxas de crescimento do valor da produção acima das taxas reveladas pelo setor industrial carioca em todos os gêneros, com uma única exceção, o gênero diversas. Quanto ao outro **resultado da concorrência**, a rentabilidade líquida do capital, a evolução mostrou-se favorável à indústria gaúcha na maior parte dos gêneros (12 gêneros), tendo a tendência melhorado as diferenças em favor do Estado em 13 casos, enquanto em nove gêneros a indústria do Rio Grande do Sul piorou.

Os indicadores que representam os **elementos da concorrência** explicam, de alguma forma, a melhoria relativa da indústria gaúcha frente à carioca. Os salários médios foram, durante a década, generalizadamente mais baixos no Rio Grande do Sul, embora os diferenciais tenham se reduzido nesse período. Relativamente à “produtividade física”, não se observou tendência a uma melhoria generalizada entre uma ou outra área. Já quanto ao “tamanho médio dos estabelecimentos”, a tendência dominante foi no sentido da redução dos diferenciais que, em 1970, favoreciam o Rio de Janeiro em todos os gêneros. Em 1980, o “tamanho médio dos estabelecimentos” no Estado já era superior em oito gêneros. Comparando-se os perfis industriais dos dois estados, percebe-se que as modificações ocorridas são semelhantes, ou

seja, os gêneros produtores de bens não duráveis perderam posição relativa no conjunto da indústria dos dois estados, enquanto as indústrias dos Grupos II (bens intermediários) e III (bens de capital e de consumo durável) melhoravam suas posições relativas nos respectivos parques industriais.

A indústria de Minas Gerais possuía, na década de 70, um porte ligeiramente maior do que o correspondente no Rio Grande do Sul. Esses dois parques industriais apresentaram-se mais favorecidos no tamanho do que na sua estrutura. O desempenho da indústria predominantemente produtora de bens de capital e de consumo duráveis de Minas Gerais superou por larga margem o crescimento gaúcho nesse grupo, fazendo com que o tamanho desses segmentos fosse semelhante no final da década, revertendo um quadro que mostrava, em 1970, o Rio Grande do Sul com um tamanho quase o dobro do mineiro. Certamente, a grande determinante dessa situação foi a instalação, nessa década, de uma montadora de veículos no estado mineiro, indústria com grande capacidade motriz e que, favoravelmente, causou forte impacto em outros setores, pelas intensas relações intersetoriais requeridas. Nos demais grupos, produtores de bens de consumo não duráveis e de bens intermediários, o Rio Grande do Sul experimentou taxas de crescimento do valor da produção ligeiramente superiores às da indústria mineira.

Relativamente ao outro indicador representativo do **resultado da concorrência**, — a rentabilidade líquida do capital —, os dados não demonstram um padrão generalizadamente favorável a um estado ou a outro. No caso das indústrias que produzem bens não duráveis de consumo, a rentabilidade foi superior no Rio Grande do Sul em todos os gêneros, tendo, no entanto, havido redução nos diferenciais em alguns gêneros e ampliação em outros. No Grupo II, as indústrias produtoras de bens intermediários, a situação apresentou-se de modo diverso, pois a rentabilidade no Estado era maior em seis gêneros, em 1970, e passou para quatro gêneros no final da década. Nos gêneros do Grupo III, a rentabilidade da indústria gaúcha declinou na mecânica e em material elétrico e de comunicações, embora continuasse a ser mais alta do que em Minas Gerais até 1980. Nos demais gêneros, os indicadores são favoráveis à indústria mineira.

Quanto aos **elementos da concorrência**, não houve nítida vantagem para um ou outro estado, cabendo destacar que a evolução da “produtividade física” foi claramente favorável a Minas Gerais nas indústrias do Grupo III, onde o Rio Grande do Sul mantinha superioridade no ano de 1970 em todos os gêneros, perdendo-a no final do período, exceto na mecânica, mesmo assim com redução do diferencial. Nos gêneros dos demais grupos, a situação foi ora favorável a um estado, ora a outro. O “salário médio” das indústrias do Grupo I foi superior ao correspondente mineiro, exceto em dois gêneros (indústria do fumo e editorial e gráfica). No Grupo III, a evolução do “salário médio” foi desfavorável à indústria gaúcha, que apresentava, em 1970, um nível mais elevado nos gêneros material de transporte e diversas, fechando a década com salários menores em todas as indústrias do grupo.

Os tamanhos médios dos estabelecimentos eram superiores no Rio Grande do Sul, em quase todos os gêneros, em 1970, sendo que, em vários casos, os diferenciais eram superiores. Esse quadro se manteve até o final da década, exceto no caso

das indústrias produtoras de bens de capital e de consumo duráveis, onde a situação praticamente se reverteu em todos os gêneros.



A comparação do comportamento do parque industrial gaúcho com o correspondente aos “demais estados” da Federação parece ser pouco elucidativa, pelas próprias razões expostas pelos autores do trabalho. A principal delas, com a qual concordamos plenamente, refere-se ao fato de que o conjunto dos “demais estados” resume um quadro tão heterogêneo que é capaz de conter elementos como o parque industrial do Piauí e do Paraná, por exemplo. Além disso, esse conjunto abriga áreas, cuja capacidade de atração locacional de investimentos industriais é estabelecida exclusivamente por mecanismos de política econômica (exemplo típico é Manaus). Melhor seria que tivessem selecionado alguns estados desse conjunto, que parecem ser concorrentes diretos do Rio Grande do Sul, no sentido de atrair a localização dos novos investimentos industriais no País. Referimo-nos especialmente ao Estado do Paraná, cuja base econômica é semelhante à do Rio Grande do Sul e que desenvolve grande esforço de industrialização, à Bahia, que tem em comum com o Estado gaúcho o objetivo de instalar em seu território a maior parte possível da cadeia de produtos petroquímicos, e ao Estado de Santa Catarina que, além de ter uma experiência histórica de industrialização, também desenvolve grande esforço para expandir seu parque industrial. Com isso, certamente, o trabalho ampliaria o seu caráter elucidativo, além de reduzir consideravelmente o grau de heterogeneidade da indústria do conjunto dos “demais estados”.

Não concordamos com os autores do trabalho quando afirmam ser uma pesquisa de caráter eminentemente “descritivo e exploratório” (p. 10), enquanto outros estudos — **Análise da Indústria de Transformação no Rio Grande do Sul** (FEE, 1976) e **A Produção Gaúcha na Economia Nacional** (FEE, 1983) — têm características eminentemente interpretativas. Concordamos, isto sim, que existem marcos teóricos distintos envolvidos nos trabalhos referidos e, obviamente, algumas conclusões distintas. No entanto estudos aqui referidos têm algo em comum, isto é, são descritivos, exploratórios e interpretativos a um só tempo.

O que é possível afirmar é que o texto de Bandeira & Gründling (1988) é uma extensão da análise realizada em **A Produção Gaúcha na Economia Nacional** (FEE, 1983), com a mesma filiação teórica, isto é, a ênfase no papel da concorrência intercapitalista como fator explicativo dos diferenciais de crescimento entre as regiões, embora não tenham sido utilizados todos os indicadores, tanto no que se refere aos **elementos da concorrência** quanto aos **resultados da concorrência**, bem como não foi explorada, em ambos os trabalhos, a base empírica relativa ao desdobramento dos gêneros de indústria.

Finalmente, cabe ainda ressaltar que **O Crescimento da Indústria no Rio Grande do Sul na Década de 70** (Bandeira & Gründling, 1988) inegavelmente ampliou o conhecimento em torno do tema que trata da participação, do desempenho e do papel da indústria do Rio Grande do Sul no contexto da indústria brasileira. A ampliação do conhecimento não se deve apenas à incorporação de um período de tempo (1975-80) que outros trabalhos não contemplavam, mas também

à comparação da indústria gaúcha, em seus vários segmentos, com a de outros estados, antes não privilegiados (Minas Gerais e Rio de Janeiro), bem como à recolocação de algumas questões que envolvem o objeto desse estudo – a indústria do Estado do Rio Grande do Sul.

Bibliografia

- CANO, Wilson (1985). **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo, Global.
- (1983). **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 2.ed. São Paulo, Queroz.
- DINIZ, Clélio C. & LEMOS, Maurício B. (1986). Mudança no padrão regional brasileiro: determinantes e implicações. **Análise Conjuntural**, Curitiba, IPARDES, 8(2):32-42, fev.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1976). **Análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. (25 anos de economia gaúcha, 4).
- (1983). **A produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista**. Porto Alegre.